

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

ATA DA 610ª (SEISCENTÉSIMA DÉCIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Fiscal da CBTU, empresa pública de capital fechado, CNPJ nº 42.357.483/0001-26, NIRE nº 53.5.0000875.6, com sede no Edifício Confederação Nacional do Comércio – CNC, 9º ao 13º andar, Setor Bancário Norte, quadra 1, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.041-902, em formato híbrido, sendo os trabalhos conduzidos a partir da Stu Maceió, para apreciação dos temas relativos à 610ª reunião ordinária, com a presença do Presidente do Colegiado LEANDRO ENRIQUE PEREIRA ESPINO e dos Conselheiros: ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA e RODRIGO DALVI SANTANA. Foram convidados para prestar esclarecimentos ao Conselho: a Assistente Executiva, HELOÍSA MEDEIROS; a Adjunta de Diretor, THAIS VALERIA DE ANDRADE PESSOA; a Assistente Executiva, ELAYNE BEZERRA; e a Assistente Executiva KAMILA BARBOSA foi convocada para secretariar os trabalhos.

Verificando-se o quórum para instalação da reunião, os membros do Conselho Fiscal, únicos presentes com direito a voto, opinaram nos termos que se seguem:

- 1. Aprovação da minuta da ata 609ª RO.** A minuta da Ata da 609ª RO foi submetida à avaliação do Conselho e, uma vez revisada, seguirá para assinatura.
- 2. Apreciação das atas RO 180, 181, 182 e 183 do Comitê de Auditoria.** O Conselho Fiscal procedeu à análise das atas das Reuniões Ordinárias nº 180, 181, 182 e 183 do Comitê de Auditoria. No que tange à Ata RO 180, especificamente em relação ao item 4 (Auditoria Interna), que versa sobre uma possível aquisição/implementação de um software, os membros do Conselho Fiscal solicitaram que este Colegiado seja formalmente informado acerca dos custos detalhados e dos impactos financeiros decorrentes da referida contratação. Em relação à Ata RO 181, no item 2 que trata do

Relatório de Gestão de Patrocínio. CGPAR 38, o Conselho Fiscal solicitou que seja encaminhado a este Colegiado, para o devido acompanhamento, o Plano de Ação requerido pelo COAUD. Ainda na Ata RO 181, no tocante ao item 5, que dispõe sobre os empregados cedidos com e sem ônus, o Conselho Fiscal corroborou o entendimento do COAUD quanto à recomendação de inclusão, nas Notas Explicativas, do detalhamento dos salários e remunerações dos empregados cedidos com ônus bem como a quantidade de funcionários nessa situação. Quanto à Ata RO 182, o Conselho Fiscal tomou conhecimento de seus termos, sem ressalvas. Por fim, no que diz respeito à Ata RO 183, especificamente no item 2, o Conselho Fiscal registrou que já foi formalizada a solicitação para que sejam apresentados a este Colegiado os contratos de maior relevância da Companhia.

3. Execução Orçamentária maio/2026. Foi apresentada ao Conselho Fiscal a execução orçamentária referente ao mês de maio de 2026, tendo sido destacados os seguintes fatos relevantes: Em 05/05/26- Envio do Pedido SIOP nº 688001 solicitando a suplementação no valor de R\$ 5.270.801 para o pagamento de sentenças judiciais trabalhistas- Requisições de Pequeno Valor (RPV); Em 05/05/26- Envio do Ofício nº 084-2026/P (SEI/MIDR nº 6660904) ao Secretário Nacional de Mobilidade Urbana (SEMOB) solicitando alteração de natureza de despesa do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 992548, para aquisição de 6 Trens Unidade Elétrica (TUEs), a fim de contemplar despesas referentes a diárias, além de passagens e despesas com locomoção; Em 12/05/26 Publicação da Portaria SOF/MPO Nº176, de 12 de maio de 2026, que estabelece prazos para a elaboração das propostas orçamentárias para o Projeto de Lei Orçamentária de 2027, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências; Em 19/05/26 Recebimento de R\$ 3.719.240 do TED nº 992548 firmado entre a SEMOB e a CBTU para aquisição de 6 TUEs; Em 21/05/26 envio da reestimativa da primeira previsão de receitas para o PLOA 2027 (período de 2027 a 2030), conforme prazo estabelecido na Portaria SOF/MPO Nº 176, de 12 de maio de 2026; Em 25/05/26- Recebimento do Ofício Circular SEI nº134/2026/MPO o qual solicita a captação de informações relativas ao cumprimento de acordos e sentenças judiciais com obrigação de pagar para elaboração do PLOA de

2027; em 26/05/26- Publicação da Portaria GM/MPO N° 196, de 25 de maio de 2026, por meio da qual foram oficializadas as suplementações de R\$ 19.549.019 em Ativos Cíveis e R\$ 5.270.801 em RPV de natureza trabalhista; Ainda, foi destacado que os fatos relevantes possuem publicações do Diário Oficial da União – DOU (<https://www.in.gov.br/inicio>), dados do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, operações realizadas no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), documentos e e-mails com demandas e orientações que impactam às atividades da CEPRO/GEORC. Diante do cenário de contingenciamento e restrição orçamentária apresentado, o Conselho Fiscal solicitou à GEORC o envio urgente de manifestação técnica detalhada, contendo os seguintes pontos essenciais:

- **Impacto Operacional Objetivo:** Relação clara e segregada das atividades, investimentos, serviços ou contratos que deixarão de ser integralmente executados em decorrência da escassez de recursos;
- **Pleito de Recomposição:** Justificativa técnica e quantitativa da necessidade de recomposição orçamentária iminente, subsidiando o Conselho com elementos fundamentados para atuar institucionalmente em prol dos interesses da Companhia;
- **Plano de Continuidade de Negócios:** Esclarecimento formal quanto à capacidade da empresa de manter a prestação do serviço público essencial ou se há risco real de paralisação total ou parcial das atividades;
- **Matriz de Impacto ao Usuário:** Mapeamento detalhado das consequências diretas e dos riscos operacionais gerados aos usuários e à população atendida em caso de manutenção dos cortes.

O Colegiado enfatizou a criticidade e a urgência do recebimento desse relatório técnico para fins de acompanhamento e devidas deliberações. Adicionalmente, reiterou a necessidade de que a manifestação técnica contemple a atualização dos impactos decorrentes do bloqueio orçamentário imposto à Companhia, evidenciando os reflexos sobre a operação, os riscos à continuidade e à segurança dos serviços prestados, bem como os elementos necessários para subsidiar eventual pleito de recomposição orçamentária.

4. Diretrizes Negociais. Em cumprimento à solicitação deste Colegiado, foi realizada apresentação detalhada acerca das Diretrizes Negociais da Companhia, objeto da Proposição nº005-2026/DA, com o objetivo de esclarecer as recomendações emitidas pelo Comitê de Auditoria (COAUD), bem como os impactos fiscais da proposta de acordo coletivo. Durante a exposição, foi informado que o alinhamento negocial vigente passou a contemplar acordo com vigência anual, observadas as orientações aplicáveis às empresas estatais dependentes e a reposição inflacionária correspondente. Após as explicações prestadas e a contextualização dos temas, os membros do Conselho Fiscal deram-se por satisfeitos com os esclarecimentos, não havendo novos questionamentos.

Encerramento: Foi confirmada a próxima reunião do Conselho para o dia 29 de julho de 2026, de forma presencial na CBTU. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

LEANDRO ENRIQUE PEREIRA ESPINO
Presidente

RODRIGO DALVI SANTANA
Conselheiro

ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA
Conselheiro

KAMILA COSTA BARBOSA
Secretária da Mesa